


Protocolo de Consulta do Território Quilombola do Guaiá



Maragogipe - Bahia | Maio de 2026





Expediente

REALIZAÇÃO

Comunidades Quilombolas do Território do Guai: Baixão do Guai, Guarucu, Guerém, Giral Grande, Porto da Pedra, Tabatinga

EQUIPE DE PESQUISA E ACESSORIA

Rogério Mucugê
 Maria de Lourdes Nunes
 Maria José Honorato Pacheco
 Raimundo Marcos Souza Brandão da Silva
 Alzení de Freitas Tomáz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Daiane Pereira

FOTOS

Arquivo do CPP e comunidades



P967 Protocolo de consulta do Território Quilombola do Guai. [recurso eletrônico]./ Realização: Comunidades Quilombolas do Território do Guai (Baixão do Guai, Guarucu, Guerém, Giral Grande, Porto da Pedra, Tabatinga - Maragogipe, BA); equipe de pesquisa e assessoria: Rogério Mucugê, Maria de Lourdes Nunes, Maria José Honorato Pacheco...[et.al.]. - Paulo Afonso, BA: Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH, 2026.

Recurso online (67 p.) : il. color., pdf.

ISBN: 978-65-5732-107-2

Disponível em: <https://www.sabeh.org.br/cartografias/>

1. Quilombos – Maragogipe (BA) – História e resistência. 2. Territórios quilombolas – Regularização fundiária. 3. Protocolo de consulta e defesa territorial. 4. Conflitos socioambientais. 5. Comunidades tradicionais – Direitos e resistência. I. Mucugê, Rogério. II. Comunidades Quilombolas do Território do Guai, Maragogipe - BA. III. Conselho Pastoral dos Pescadores e Pescadoras (CPP). IV. Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH. V. Título.

CDU: 323.12(813.8)
 CDD: 305.8

Ficha catalográfica elaborada por Maria de Fátima Santos de Lima
 Bibliotecária-Documentalista CRB – 5/ 1801

A Eterna companheira de luta

Janete Barbosa Sena

**que foi de fundamental importância
 para a luta em defesa do Território
 e pela autonomia das comunidades
 pesqueiras e quilombolas**



[...] Eu vivi minha infância vendo a história do meu avô falando das lutas, mas eu não tinha o conhecimento dos meus direitos e da minha origem e a do quilombo. Mas logo mais tarde eu fui entender que aquela história que meu avô contava de resistência [...]

Isaac Sales dos Santos
Porto da Pedra / Mutamba

Maragogipe - Bahia
Fevereiro de 2026



1. APRESENTAÇÃO	08	6. Infraestrutura Comunitária e Educação	45
Conselho Quilombola	10	6.1 Moradia e serviços	45
Associação Guaipanema	11	6.2 Luta pelo direito à educação quilombola	46
Protocolo de Consulta	12	Ensino superior para quilombolas	50
2. Contextualização Histórica e Processo de Luta	13	7. Conflitos e Ameaças: O Racismo Ambiental	51
2.1 Das senzalas aos quilombos: ocupação ancestral	13	7.1 Violência direta e espoliação territorial	51
2.2 O regime de exploração pós-abolição	14	7.2 O eucalipto como vetor de degradação	51
2.3 A consciência quilombola e a organização política	15	7.3 Controle da água e perseguição atuais	52
3. Modos de Vida, Territorialidade e Economia Tradicional	19	8. NOSSO PROTOCOLO DE CONSULTA	58
3.1 Extrativismo e os Quintais Produtivos	19	8.1 Nossos Direitos	58
4. Ancestralidade, Religiosidade e Festas	23	8.2 Objetivos e Motivações da Consulta	58
4.1 Catolicismo e festas comunitárias	23	8.2.1. Metodologia e princípios da consulta: Como queremos ser consultados?	59
4.2 Matriz africana e encantarias	24	8.2.2. Quem deve ser consultado	59
4.3 Festividades	25	8.2.3. Quando não podemos ser consultados	60
5. Lugares de Memória	29	8.2.4. De que forma queremos ser consultados?	60
Anastácia	30	8.2.5. Tomada de decisão	61
Guerém	31	8.2.6. Apoio técnico e parcerias	61
Rio do Caboclo	32	8.3 Processo da Consulta	62
Rio do Guaruçu	33	8.3.1. Informações que o Estado deve fornecer antes da tomada de decisão	62
Mapa do Território Quilombola do Guai	34	8.3.2. Participação dos quilombolas e garantia contra Intimidação	62
Olho D'água do Porto da Pedra	36	8.3.3. Critérios para a decisão final	63
Poço da Sereia (Baixão do Guai)	37	8.4 Etapas do Processo	63
Cachoeira do Bule-Bule	39	8.4.1. Pré-consulta	63
Porto da Madeira (Guerém)	40	8.4.2. Organização	64
Porto das Cajazeiras	41	8.4.3. Consulta	64
Cais da Mutamba e Porto do Guai	41	8.4.4. Acompanhamento	64
Pedreira	41	8.4.5. Períodos em que não pode haver consulta	64
PONTOS HISTÓRICOS	42	8.4.6. Custos e coordenação	65
Ruínas da Igreja de Santo Antônio (Capanema)	42	8.4.7. Disposições finais	65
Olaria do Guerém	43		
Terreiro de Candomblé de Cocó (Guerém)	44		

1. Apresentação

Nós, comunidades quilombolas do Território do Guaí, afirmamos nossa presença ancestral e cotidiana neste espaço de vida e resistência. Aqui, entre matas e águas, construímos nossa história com trabalho, solidariedade e celebração. Somos povo que guarda a memória da luta negra no Recôncavo Baiano, nosso território é extenso e neste documento vamos primeiro circunscrever o nosso território que o identificamos e delimitamos primeiro na nossa vivência, segundo no processo de construção do RTID do INCRA no processo de regularização dos nossos territórios e terceiro no processo de construção da nossa cartografia social. Aqui está mapeada a vivência das seis comunidades do território de identidade do Guaí: Baixão do Guaí, Giral Grande, Guaruçú, Guerém e Porto da Pedra, Tabatinga.

“A maré foi a mãe dos meus filhos.”

Francisca Gonçalves dos Santos Calheiros, “Dona Chica”
77 anos, moradora do Giral Grande

FIGURA 1: Dona Francisca, Giral Grande, 2026



Este Protocolo de Consulta nasce de nossa própria voz, construído coletivamente para defender direitos e tornar visíveis nossos modos de viver. Identificamos na nossa cartografia e trouxemos o essencial do nosso território: nossos portos, rios, escolas, áreas de trabalho e até as ausências que nos lembram da força da terra e das águas. Nas trilhas que percorremos, revelamos mapas físicos, afetivos e ancestrais, reafirmando que nosso território é cheio de vida, de ventos fortes, de culto, memória, religiosidade e trabalho.

Estamos aqui desde sempre e aqui continuaremos resistindo com luta, sambas de roda, festejos juninos, novenas, rezas aos santos católicos e aos de matriz africana. São essas forças que nos sustentam diante de um modelo devorador que insiste em transformar natureza e pessoas em mercadorias, alimentando o racismo ambiental e agravando crises climáticas.

Com este documento, nós, comunidades do Baixão do Guaí, Giral Grande, Guaruçú, Guerém, Porto da Pedra e Tabatinga, compartilhamos generosamente nossos modos de viver, lutar e celebrar. Apresentamos nosso Protocolo de Consulta como um instrumento de fortalecimento da identidade quilombola e das potencialidades locais, suporte para proteger e gerir nosso território e garantir nossos direitos. É nossa forma de dizer que seguimos firmes, de pé, enraizados na terra e nas águas que nos pertencem.

Conselho Quilombola

O Conselho Quilombola do Guai é uma instância organizativa das comunidades remanescentes de quilombo que integram os territórios quilombolas de Maragogipe. É constituída pelo conjunto das lideranças de cada comunidade e se reúne a cada 2 meses para tratar de temas de interesse coletivo para todo território. As reuniões são itinerantes ocorrendo de modo rotativa em todas as comunidades que integram o território. As reuniões têm caráter formativo, consultivo e deliberativo e as decisões são tomadas de maneira consensual, primando pelo debate exaustivo e pela participação e escuta dos integrantes das comunidades. Tem como perspectiva a luta e defesa do território, a luta por direitos e políticas públicas das comunidades quilombolas rumo ao bem viver.

Associação Guaipanema

“A Associação Guaipanema deu início em 1999 com a chegada [...] do CPP, que conseguiu juntar alguns pescadores, e disseram que, se eles se organizassem numa associação, eles teriam deveres, mas também direitos que melhorariam suas vidas. Aquela palavra, DIREITO, soou muito bem para uma gente que sempre teve muito trabalho e obrigações. Então fundamos uma associação. Mas só em 2001, depois de muitas reuniões dentro e fora das comunidades, intercâmbios e viagens, é que a Associação de Pescadores(as) e Lavradores(as) do Guai e Capanema foi registrada. A partir daí, também, iniciamos a busca pelo reconhecimento como Comunidades Remanescentes de Quilombos. Nos perguntamos o porquê de certas coisas acontecerem só com nós negros e, ouvindo as histórias dos nossos mais velhos, nos reconhecemos descendentes daqueles negros que outrora foram escravizados naquelas ruínas de Engenhos. Então pedimos e, tempos depois, recebemos da Fundação Cultural Palmares nossas Certidões de Quilombolas em 2006. A partir daí, um mundo novo se abriu para nós. Deixamos de termos medo

e vergonha de entrar em alguns espaços públicos por sermos simples lavradores e pescadores e passamos a fazer parte da construção de outros espaços de luta, como: a criação da reserva extrativista Bahia do Iguape, MPP e Conselho Quilombola de Maragogipe. Após o recebimento da certidão quilombola, o INCRA enviou para nossas comunidades técnicos e a antropóloga Bruna Zagato, que com sua sensibilidade nos fez compreender coisas que até então estavam encobertas pela nuvem do desconhecimento. [...] Em 2014, o nome passou a ser

“Associação Quilombola de Pescadores(as) e Lavradores(as) GUAIPANEMA. [...] Somos seis comunidades interligadas umas às outras, mas com suas próprias particularidades. Todas dirigidas e organizadas por 99% de mulheres.”

Eliete dos Santos Calheiros
54 anos, moradora do
Giral Grande

Protocolo de Consulta



FIGURA 2: Oficina de Cartografia

“Eu acredito que esse instrumento, Protocolo de Consulta, é mais uma maneira da gente se defender do capitalismo que assola nossas comunidades. O próprio racismo institucional que a gente tem é muito forte. Então, é uma maneira de dizer: ‘a gente tá aqui, a gente vai lutar até o fim’.”

Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, “Chica”
35 anos, do Porto da Pedra

“Mais um documento para as nossas comunidades, para termos direitos de fala, de voz a cada dia, para a gente decidir o que queremos.”

Everlane Neris Faleiro
21 anos, moradora do Guarucu

“Que esse mapa da região, essa cartografia, marque as boas coisas da região, nossa história. [...] Importante saber que não se pode desrespeitar a ancestralidade, ela está aí e precisa ser zelada.”

Silvana Brito Moraes
48 anos, moradora do Giral Grande e zeladora do Ilê Axé Odoyá

2. Contextualização Histórica e Processo de Luta

2.1 Das senzalas aos quilombos: ocupação ancestral

A ocupação do território pelo povo negro não é recente nem acidental, é fruto de um processo de escravidão que teve início com o sequestro de negros do continente africano que foram traficados em navios negreiros para o Brasil. Esta população foi responsável pela construção da riqueza econômica e cultural no Brasil e este país tem uma dívida histórica com estes povos, de reparação a partir do respeito aos modos de vida dos que resistiram e construíram sua história por aqui. A garantia das condições de vida, trabalho, acesso a saúde, educação e outras políticas públicas é uma obrigação do Estado Brasileiros.

Desde os primeiros anos da presença dos afrodescendentes no Brasil, as formas de resistência à escravidão tornaram-se variadas.

Uma delas foi a re-territorialização através do processo de organização dos quilombos. Essa experiência significou, naquele momento, tanto a construção de um território étnico, como também a re-apropriação de seus corpos, primeira forma de propriedade.

Munanga (1996) afirma que — quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala etc, cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire (MUNANGA, 1996, p. 58).

Conforme registrado no documento Relatório Técnico de Identificação e Delimitação feito pelo INCRA (Brasil, 2009) e reafirmado pelas lideranças, a região foi palco de ataques a engenhos (como o de Capanema) e fugas em massa de pessoas escravizadas. Relatos orais indicam que um ataque indígena a um engenho próximo teria matado cerca de 400 pessoas, levando ao abandono das construções coloniais cujas ruínas ainda existem no Baixão do Guai.

“No Giral Grande conta-se que um dos maiores ataques a engenhos foi realizado por indígenas, provocando a morte de cerca

de 400 pessoas, entre escravos e senhores de escravos. Tal fato acarretou o abandono do antigo engenho, cujas ruínas localizam-se no Baixão do Guai.” (Brasil, 2009, p. 39)

As matas densas e os manguezais serviram como zonas de refúgio para a formação de quilombos. Os mais velhos afirmam que os capitães do mato não conseguiam avistar as casas, construídas em baixadas, atrás de morros e árvores. Localidades como **Anastácia** são identificadas como focos primários de resistência negra, onde se originaram famílias como os Meneses e Xavier.

2.3 A consciência quilombola e a organização política

O marco da transformação foi a tomada de consciência de sujeitos de DIREITOS no final da década de 1990 e início de 2000, indo as histórias dos nossos mais velhos, nos reconhecemos descendentes daqueles negros que outrora foram escravizados naquelas ruínas de Engenhos e estamos em busca de reparação.

Em 2006, as comunidades receberam da Fundação Cultural Palmares as Certidões de Autodefinição como Comunidades Remanescentes de Quilombos. A fala de Laurência Dias (“Lôra Preta”, 66 anos, Baixão do Guai) sintetiza essa virada: “Sempre fomos quilombo. Mas a história estava escondida.”. A partir do reconhecimento, as comunidades passaram a ocupar espaços públicos de construção política (Conselho Quilombola, proposta da RESEX Bahia do Iguape).

“Eu vivi minha infância vendo a história do meu avô falando das lutas, mas eu não tinha o conhecimento dos meus direitos e da minha origem e a do quilombo. Mas logo mais tarde eu fui entender que aquela história que meu avô contava de resistência, [...] de maus tratos, [...] do conhecimento que ele tinha, que minha bisavó tinha com as folhas, de cura, de todas as folhas para chá, com as rezas, com tudo aquilo, [...] era a história, mas era as origens.”

Isaac Sales dos Santos
38 anos, do Porto da Pedra /
Mutamba

“Eles acham que os donos são eles, mas os donos somos nós. Eu nasci no Guai e todos os meus familiares também são do Guai. Todos sobreviveram plantando roça. [...] Tinham que trabalhar porque se não era colocado pra fora. Trabalhavam dando o produto ao dono da fazenda, tirando piaçava.”

Antônio Souza Branco,
“Tonhão”
71 anos, morador de Porto da
Pedra

2.2 O regime de exploração pós-abolição

Mesmo após a abolição formal, as relações de trabalho mantiveram traços de escravidão. O depoimento de Antônio Souza Branco (“Tonhão”, 71 anos, Porto da Pedra) descreve o sistema de “meia” (entregar metade da produção) ou o pagamento apenas em comida e roupas de má qualidade, sem dinheiro em espécie. A prática da “terça” (entregar um

terço do que se plantava na própria terra ao fazendeiro) era comum. Trabalhadores e suas famílias viviam em casas de taipa e palha, sem direito à telha, configurando uma situação de exploração e servidão. Este sistema de exploração se entendia a todas comunidades e regiões.



FIGURA 3: Oficina de Cartografia 2

“Antigamente, trabalhar nessas casas, morar no trabalho parecia bom, mas não era. A gente não ganhava praticamente nada. [...] Era em troca de comida, alguma roupa ou qualquer coisa assim [...]. Servia como escravo bom para os outros.”

Marilúcia de Jesus do Carmo, “Lucy”
51 anos, moradora do Porto da Pedra

“Meu avô, que trabalhava praticamente como escravo, [...] só trabalhava pelo alimento, e o que plantava na sua própria terra, ele tinha que compartilhar, dar a terça, [...] que é uma parte do que plantava para o próprio fazendeiro. Isso, que ele plantava nas horas que não estava trabalhando para o fazendeiro. E o que ele trabalhava para o fazendeiro, só recebia como alimento. Ali, Totonho tinha uma venda aonde vendia alimento de péssimas qualidades, e ali ele trabalhava, e no final do dia ele dava um pedaço de carne, um feijão, uma coisa, e aí ele [meu avô] levava um alimento, levava para casa. Não tinha, não recebia dinheiro em espécie. [...] E dentro dessa vivência minha mãe logo cedo, com 8 anos, ela foi para a cidade trabalhar no fundo das casas dos fazendeiros [...].”

Isaac Sales dos Santos
38 anos, do Porto da Pedra / Mutamba

“Quando eu era mais jovem não se sabia sobre os direitos e terras quilombolas. Os fazendeiros sempre souberam. [...] Sempre fomos quilombo. Mas a história estava escondida.”

Laurência Dias, “Lôra Preta”
66 anos, moradora do Baixão do Guai

“A gente não conhecia nada dessas coisas. Depois de entender isso, [...] muita coisa mudou, porque a gente como marisqueira não sabia dos nossos direitos. A gente não valia nada por ser marisqueira. [...] Quando eu ouvia dizer que marisqueira não era profissão, não era nada, eu me sentia pra baixo.”

Marilúcia de Jesus do Carmo, “Lucy”
51 anos, moradora do Porto da Pedra

“Foi começando a participar das lutas e ouvindo a história dos mais velhos que a gente começou a se reconhecer como comunidade negra. Porque a gente não tinha essa consciência do que o racismo faz com a gente, fazendo com que a gente não reconheça os nossos direitos, não se reconheça como gente, ser humano.”

Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, “Chica”
35 anos, do Porto da Pedra

“O primeiro passo da luta foi formar a associação. Foi nos unir, né? Porque desde o princípio, se a gente for ver a história, a história faz com que a gente não consiga nos unir. [...] E nossa primeira conquista foi a energia. [...]. Não foi uma luta fácil. E também foi feito ‘vaquinha’, a gente se unia para arrecadar dinheiro [...]. E dessa conquista a gente se sente mais forte. A gente vê que junto a gente consegue. [...] Outra conquista nossa foi as canoas e os barcos. Canoas de fibra, rede, freezer, tudo, foi a segunda conquista, mesmo a gente não estando registrado. Mas como a gente tinha parceria com outras comunidades [...] a gente conquista as canoas e os barcos. [Mas] o mais importante nessa caminhada toda foi o conhecimento das origens. Para mim, não foi a conquista da energia, [...] dos barcos, não foi outras conquistas. Mas sim a conquista do seu próprio conhecimento. De você saber a sua identidade.”

Isaac Sales dos Santos
38 anos, do Porto da Pedra / Mutamba

“A luta quilombola veio reforçar o que já sabíamos: que a terra era nossa! Não sabíamos que tinha uma lei sobre isso. [...] Agora a gente não sai!”

Crispina Bispo Barbosa,
“Miúda
 57 anos, moradora do
 Baixão do Guai)

“Foi um processo de violência muito grande dos fazendeiros, principalmente no início. Isso se intensificou muito quando a comunidade passou a reconhecer os seus direitos e se organizar. Os conflitos e as violências se intensificaram muito em nossa comunidade no sentido de nos coagir. [...]”

Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, “Chica”
 35 anos, do Porto da Pedra

3. Modos de Vida, Territorialidade e Economia Tradicional

3.1 Extrativismo, Agricultura de Subsistência e os Quintais Produtivos

A economia comunitária é de base familiar e comunitária, centrada na pesca, na mariscagem e na agricultura de pequena escala e no extrativismo.

• MARISCAGEM

Considerada uma atividade nobre e identitária, realizada desde a infância e passada de geração a geração. Espécies como sururu, lambreta, ostra e mapé são base alimentar e de renda. A fala de Marilúcia de Jesus do Carmo (“Lucy”, 51 anos, Porto da Pedra) – “A maré foi a mãe dos meus filhos”.

• PIAÇAVA E DENDÊ

Extração de piaçava nas matas e corte de dendê (para consumo e venda de azeite), formas de trabalho que marcam a identidade e a territorialidade local.

• MANDIOCA E FARINHA

Identificadas 41 casas de farinha ativas em todo o território. A tecnologia varia da antiga “roda de boi” (com boi tangendo na moenda) e “roda de mão” até motores a gasolina e elétricos. A “cova enrabada” é umas das técnicas tradicional marcante na prática de plantio.



“Eu comecei a mariscar quando ainda era pequena (5/6 anos). A minha mãe ia para a maré e me levava, porque minha mãe não enxergava. [...]. Ela dizia assim: ‘Vambora’ para a maré, minha filha. Você vai me mostrando o lugar dos mariscos e dos caranguejos para eu correr o braço, pra eu arrancar os caranguejos. Vocês tiram e bota aqui. E Criei os meus filhos na beira da maré. Morei lá embaixo. Ser marisqueira hoje para mim é privilégio”.

Marilúcia de Jesus do Carmo,
“Lucy”

51 anos, moradora do Porto da Pedra

“Minha mãe era Valdete Correia dos Santos. E ela vivia da pesca. E esse trabalho era todo misturado. Era pra vender e pra consumir. A gente saía daqui de Porto da Pedra e ia vender o pescado em São Roque. Atravessava o areial. Levava os mariscos para vender. Juntava a pesca de vários dias. Era uma fila de gente. Como não tinha a geladeira, a gente guardava os mariscos em baldes dentro da própria maré. Depois no último dia, na quinta-feira, escaldava e seguia pra vender. Era uma turma muito grande.”

Maria da Conceição Pereira dos Santos, “Fonfom”

70 anos, moradora do Porto da Pedra

“A gente mariscava muito e tinha os clientes que chegavam para comprar aqui. Muitos vinham de São Roque. Naquele tempo tinha muito mais marisco. Juntava ostra, sururu e lambreta, mapé, de segunda a quinta. Hoje, tem pouco mapé, mas antes, tinha mais. Durante a mariscagem, principalmente com a tiragem da lambreta, havia muita diversão. Para tirar lambreta a gente ficava mais distantes uma das outras. Com a tiragem de ostra ficava todo mundo perto. Era muita conversa e diversão. O que se conversava no mangue, ali mesmo ficava. Nada saía do mangue.”

Gildete Pereira, filha de Dona “Teté”

73 anos, moradora do Baixão do Guai

“Os quilombolas do Guai acreditam que a mariscagem sempre tenha ocorrido paralelamente ao trabalho nas lavouras, mesmo quando os negros ainda estavam submetidos ao regime escravocrata nos engenhos, muito deles ladeados por mangues, como no caso do Engenho de Capanema. A pesca e a mariscagem eram atividades complementares de subsistência que asseguravam a existência dos quilombos e por isso muitos moravam nas proximidades da maré. Para os quilombos, peixes e mariscos eram e ainda hoje são a base alimentar das comunidades.” (Brasil, 2009, p. 42-43)



FIGURA 4: Dendezeiro, milho e amendoim

“Trabalhei muito no mato tirando piaçava e madeira. A gente tirava a piaçava em uma mata grande que tem aqui.”

Antônio Souza Branco, “Tonhão”
71 anos, morador de Porto da Pedra

“[...] Antes eu pegava pro fazendeiro que pagava para mim. Saiu o primeiro fazendeiro, ficou Carlito, que passou a trabalhar com meia. [...] Eu achava melhor do que no tempo do pai dele. O pai dele nunca deu de meia pra gente cortar. O pai dele pagava em dinheiro. O comprador pagava pra ele e era ele quem levava a minha parte. [...]. Eu era quem trabalhava [...]. Eu estava na terra que ele dizia que era dele. Subir, cortar, carregar e já deixar no lugar de transportar pro caminhão pegar. O que acabou com minha saúde foi o trabalho com o dendê. Eu tive muito problemas de coluna. Eu sentia tanta dor que vinha me arrastando do quarto. Aí, eu fiquei prejudicado por muito tempo. Teve vez de ficar lá em cima do pé do dendê por conta da minha perna e do meu braço. Era sozinho e Deus. [...]. Eu cortava dendê, mas eu não produzia azeite. Depois foi saindo, saindo os cortadores e só ficou eu. Na comunidade, há uns 5 cortadores que ainda corta, produz pra consumo próprio. Ele faz o azeite e vende os litros.”

“Eu vim para aqui [...] para fazer um tipo de cova de mandioca, chamada cova ‘enrabada’. [...] Cova enrabada é o seguinte: de um lado se fazia a cova e do outro já puxava outra. Ia juntando, juntando, juntando, chamava de cova enrabada.”

FIGURA 5: Casa de farinha de “Cara Gorda”, no Baixão do Guaí, Foram identificadas 41 casas de farinha ativas distribuídas em todo o território, 2026



“A gente gosta de manter os costumes que aprendemos vivendo e fazendo juntos com nossos parentes, vizinhos... Adjutório significa auxílio ajuda... Aqui nas comunidades Quilombolas só mudamos a pronúncia: digitório e digitoro que tem o mesmo sentido. Em nossa meninice e juventude onde quase o total das moradias eram construídas com barro, madeira e palha das matas, era nosso povo mesmo que ajudava os conterrâneos a Tapar e Cobrir casas, casas de farinha. Quando uma mulher paria seus filhos, as vizinhas iam cuidar para aquela mulher não ‘Quebrar o Resguardo’ num tempo que não tinha as facilidades de água na torneira e fogão a gás. Essas práticas de solidariedade existem até hoje; mesmo que de maneira diferente. Quando o pescador pega muito peixe, ele deixa na canoa e manda as pessoas irem buscar.

Os vizinhos sempre ajudam a tratar peixe, catar marisco. Quando na colheita do que plantou ou quando os frutos do seu quintal dá além do esperado: coco, jaca, jenipapo, fruta pão, manga, se doa para os vizinhos. Nem uma família

faz uma tarefa de mandioca sozinha. Os vizinhos sempre ajudam a tratar peixe, quando se vai fazer Caruru de S. Cosme, ou uma festa de Aniversário Casamento... Se um lavrador adoce, os camaradas se juntam e preparam a terra para o próximo plantio ou organiza uma quermesse pra construir casa de alguém humilde, uma igreja, ou doença de alguém, todo mundo doa os prêmios e vai pra quermesse...”

Antônio Carlos dos Santos Calheiros
fez 50 anos

A agricultura familiar garante a soberania alimentar. Como afirma Chirlene Pereira (“Chica”, 35 anos, Porto da Pedra): “Nas comunidades negras a gente não passa fome”. A acolhida de estranhos e a oferta de café e comida são práticas tradicionais que demonstram uma ética da solidariedade, contrastando com a lógica individualista dos centros urbanos.

4. Ancestralidade, Religiosidade e Festas

A vida espiritual no território do Guaí é marcada pelo sincretismo e pela coexistência – nem sempre pacífica na atualidade – entre catolicismo popular, religiões de matriz africana e igrejas evangélicas.

4.1 Catolicismo e festas comunitárias

• TREZENA DE SANTO ANTÔNIO (GUARUÇU)

Iniciada em 1º de junho, com novenas, cavalgada, quermesse e o ritual de vestir um menino de Santo Antônio para distribuir pães (símbolo de fartura). A tesouraria (organização da festa) é renovada anualmente.

• FESTA DE NOSSA SENHORA DAS CANDEIAS E FESTA DO ARROZ

Eventos tradicionais de grande circulação, onde se vendiam copos de arroz para arrecadar fundos para emergências.

• MISSA E FESTA DE JANDIRA (GUERÉM)

Três dias de festa em janeiro, com lavagem saindo da casa de “Xixi” até Jandira, música ao vivo e churrasco coletivo.



4.2 Matriz africana e encantarias

Foram identificados quatro locais de terreiros de candomblé, encontra-se ativo o Ilê Axé Odoyá, no Giral Grande, o Ylê axé de Oyá Balé e Sociedade Espirito Deus Luz e Paz no Pijurú.

• PEDRA DA SEREIA (BAIXÃO DO GUAÍ)

Principal local sagrado. Relatos descrevem oferendas que desciam em redemoinhos, uma mulher bela sentada na pedra e o poder de cura das águas encantadas. O desrespeito (lavagem de roupas, uso para namoros) fez com que a entidade “não estivesse mais lá”.

• SABERES ANCESTRAIS

Rezadeiras (Benedita Souza, 80 anos), conhecimento das folhas de cura, oferendas a Nanã Burokê (“Vovó do Mangue”) e o respeito à maré. Silvana Brito, zeladora do Ilê Axé Odoyá, alerta que “reze e oferendas diminuem as feridas das chicotadas recebidas”.

• TRADIÇÕES EM RISCO

A dificuldade em encontrar crianças para os rituais de Caruru (7 meninos e 7 meninas) é atribuída ao crescimento das igrejas evangélicas e ao desrespeito geracional.



FIGURA 6: Silvana seladora do Ilê Axé Odoyá

“Este território está muito ligado com as ancestralidades negra e indígena. Nosso tio Piloto não ia no rio sem levar uma flor pra maré, sem a flor no copo pro rio, de cantar pra mãe das águas, a exemplo de outra força ancestral no território, Vovó do Mangue (Naná Burokê).”

Silvana Brito Moraes
48 anos, moradora do Giral Grande e zeladora do Ilê Axé Odoyá

4.3 Festividades

“A festa que eu mais gostava era São João quando colocavam sanfoneiros daqui da própria comunidade.”

Maria Marta dos Santos do Rosário, “Moçazinha”

84 anos, do Porto da Pedra

“Das festas, eu destaco a festa de São João. Hoje gosto menos por causa das bebedeiras. Era melhor passando de casa em casa, comendo, dançando. Aqui, [...] a festa do arroz também era popular. Muitas vezes, se precisava de um dinheiro pra alguma coisa, consulta, remédio, vendia os copos de arroz, os homens iam tomando arroz e dançando. No outro dia, já tinha conseguido o dinheiro.”

Francisca Gonçalves dos Santos Calheiros, “Dona Chica”

77 anos, moradora do Giral Grande

“Antigamente, o povo era tudo católico. Tinha os santos e a devoção. Tinha muito caruru por aqui nos meses de setembro e outubro. Minha mãe mesmo dava todos os anos. O caruru de minha mãe era obrigação com São Cosme e Santa Bárbara. Na casa de mamãe era samba de 7 pra 8 horas e dançava até o sol alto no outro dia. Tinha gente que dava Santo. Hoje, ninguém vê mais isso. [...] Eram vários: Omulu, Obaluaiê, Ogum. Todo mundo se apresentava.”

Maria da Conceição Pereira dos Santos, Fonfom”

70 anos, moradora do Porto da Pedra

“Acredito que as religiões de matriz africana são essenciais para a defesa do território. O resgate das folhas, os banhos, os remédios naturais, que antigamente eram trazidos pelas tataravós da gente. [...] A senzala é resistência, senzala é tudo. A gente é quilombo!”

Josélia Negreiro Costa

60 anos, moradora do Guerém

“Na pedra da Sereia tinha samba religioso. O povo ia colocar os presentes, a água crescia, subia e fazia um redemoinho, e os presentes desciam. Apenas as mais novas e de mãos limpas podiam colocar o presente. Os presentes desciam e ninguém via mais nada.”

“Tenho tradição de dar caruru. [...] Nos carurus, se o povo quiser fazer samba, faz. Mas a tradição aqui é rezar a novena e ter ‘7 menino homem e 7 menina mulher.’ A dificuldade tem sido encontrar as crianças porque o povo está nas religiões evangélicas. Mas os que vem, São Cosme aceita. Tem muita ajuda, muita colaboração das vizinhas, fogo de lenha para todo canto.”

Josélia Negreiro Costa

60 anos, moradora do Guerém



FIGURA 7: Jandira Costa Pereira, nascida em 25/05/1941, falecida

“Em homenagem à Nossa Senhora das Candeias, no mês de janeiro, eram três dias de festa. Uma festa linda. Vinha muita gente de fora, ônibus e carros pequenos. E sempre a maré estava cheia, até o campo de Jandira. Os visitantes amavam tudo isso que existia: tomar banho no campo de Jandira. Tempo bom! Sábado era festa ao vivo. Domingo, às 10 horas, existia a lavagem saindo da casa de Xixi até Jandira. Era tradição de todos os anos, e a festa continuava. E mais tarde tinha a missa. Após a missa, continuava a festa ao vivo. Segunda feira era o churrasco para todo mundo, e a festa continuava, e finalizava com muita música e alegria”.

Taís Costa Pinheiro
36 anos, moradora do Guerém

“Também tinha festa de Nossa Senhora das Candeias. Tinha muito ouro e prata na promessa. Fazia-se a promessa, e levava o pedaço de perna (em cera) para Nossa Senhora das Candeias. Festejo muito bonito. Antes passava de casa em casa para ver quem seria o tesoureiro da próxima festa. O abandono da tradição trouxe virada ruim.”

Laurência dias, “Lôra Preta”
66 anos, moradora do Baixão do Guai

“A Igreja de Santo Antônio do Guaruçu foi construída por iniciativa de minha mãe Evonice com ajuda da comunidade. Assim como a escola homenageia a Santo Antônio, Evonice também colocou o nome da igreja. A Igreja de Santo Antônio tem a tradição da trezena todos os anos, que inicia no dia 1 de junho e se encerra no dia 13. É realizada a novena homenageando todas as famílias da comunidade. São mais de 150 convites distribuídos para todos. Após a novena, o tríduo da celebração é no dia 13 de junho, a Santa Missa de encerramento. Nesse dia festivo a Santo Antônio, dia 13 de junho, é realizada uma

cavalgada, que sai do Povoado Água Boa até a igreja no Guaruçu, ao som de músicas religiosas, com a imagem de Santo Antônio, imagem de Nossa Senhora Aparecida e a bandeira de Santo Antônio que é passada de mãos em mãos, renovando a tesouraria, que é o grupo que irá organizar a festa no ano seguinte. Todo ano vestimos um menino de Santo Antônio para distribuir os pães para quem o recebe colocar junto com o alimento, para que nunca falte nada e que em cada lar haja abundância e fartura. Também é realizada uma quermesse mão no saco para ajudar nos gastos da festa de Santo Antônio.

Everlane Neris Faleiro
21 anos, moradora do Guaruçu



FIGURA 8: Foto Igreja Santo Antônio do Guaruçu

Dona Maria Antônia Cafó, de um antigo terreiro de candomblé, deixou um cruzeiro no Porto da Pedra, próximo à antiga Escola Vereador Justiniano Machado. Neste cruzeiro rezava-se o ofício da quaresma. Rezava-se a quaresma toda, de quarta a sábado. E também no dia da Santa Cruz, todo dia 3 de maio.

Benedita Souza

80 anos, moradora do Giral Grande

“Temos aqui, o movimento da Consciência Negra todo ano, que nos reunimos junto com todas as comunidades quilombolas para juntos fazermos esse momento. [...] é um momento da gente mostrar nossa luta e resistência, nossa força que carregamos dentro de nós mesmos.”

Everlane Neris Faleiro

21 anos, moradora do Guaruçu

5. Lugares de Memória



Lugares de memória que são centrais para a identidade quilombola:

Localidade	Significado e Memória
Anastácia	Antigo foco de resistência com mata fechada, adequada para esconder fugitivos. Berço das famílias Meneses e Xavier.
Guerém	Nome derivado de um papagaio ("Guerrém"). Local com pés de cajá que serviam para alinhar saveiros. É também o nome de um riacho que sempre foi usado para suprir necessidades de toda a comunidade (abastecer a casa de água, tomar banho, lavar roupa).
Rio do Caboclo	Área com vestígios de olaria e roda de fazer azeite; ainda se planta roça.
Poço da Meladinha	Local de lavagem de roupas e brincadeiras; o nome vem de uma bebida (mel, cachaça, folhas em infusão) consumida no local geralmente distribuída aos visitantes quando nascia uma criança.
Olho D'água (Porto da Pedra)	Fonte que abastece toda a região (incluindo a sede de Maragogipe). Filas de canoas para buscar água;
Ruínas da Igreja de Santo Antônio de Capanema	Igreja com mármore no chão, onde se enterrava gente (possivelmente padres). Segundo a lenda, a imagem de Santo Antônio voltava sozinha para o Guai.
Porto da Madeira / Porto das Cajazeiras	Pontos de embarque de madeira, cana-de-açúcar e coco em saveiros como "Sombra da Lua" e "É da Vida".

“Os pontos mais bonitos daqui, é aqui mesmo onde moro, a escola e as outras coisas simples. Daqui a gente vê tudo bonito. Gosto de ver os verdes. Ver até o mar do outro lado.”

Cosme Calheiros dos Anjos
61 anos, morador do Guarucu)

Anastácia



FIGURA 9: Anastácia, 2026

“[...] até cerca de duas décadas atrás predominavam matas fechadas nessas áreas, com muitos pés de dendê próximos às fontes de água, pés de andaiá (ou indaiá) e árvores diversas. Por ser um vale e por sua vegetação densa, a região era adequada para o esconderijo de escravos fugidos e para a formação do quilombo.” (Brasil, 2009, p. 57)

“Os nascidos em Anastácia ou nas comunidades quilombolas do entorno supõem que essa localidade tenha constituído um

dos principais focos de resistência negra da região nas décadas finais do regime escravista [...]. Os mais velhos afirmavam que os capitães do mato delegados a encontrá-los poderiam eventualmente passar pela antiga estrada de barro sem avistar nenhuma casa, já que todas eram construídas nas baixadas, atrás dos morros e árvores. De início a comunidade era pequena. Os nascidos em Anastácia descendem de dois antepassados que originaram as famílias Meneses e Xavier.” (Brasil, 2009, p. 57-58).



Guerém



FIGURA 10: Sítio Cajazeiras (Guerém)

“O nome do lugar Guerém vem de um passarinho, um tipo de papagaio, ‘Guerrém’, e que talvez seja a linguagem dos mais velhos que ao invés de chamar ‘Guerrém’, começou a chamar Guerém.”

Maria Bispo dos Santos Barbosa, “Dona Nina”
87 anos, moradora do Guerém

“O local onde está localizado o Restaurante de Dolores] era conhecido como Sítio Cajazeiras, devido ao grande número de enormes pés de cajás no local. [...]. Ainda existem alguns. No passado, os pés de cajás serviam para alinhar os saveiros. Sempre deram muito cajá nessas árvores. Existiam uns frondosos e bem grandes.”

Arlete Costa dos Santos
55 anos, do Restaurante da Dolores – Guerém

Rio do Caboclo



FIGURA 11: Rio da Meladinha

“Lembro que meu avô dizia que na área do rio do Caboclo tinha os objetos de fazer azeite, o rodão e a olaria onde fabricavam tijolos. Lá viviam muitas pessoas negras. Ainda hoje é possível ver o resto de telha, de tijolo e o resto do rodão. A comunidade ainda planta roça lá.”

Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, “Chica”

35 anos, do Porto da Pedra

“Sobre o rio da meladinha, tinha um outro poço com esse mesmo nome. Era o poço da meladinha. [...] é onde as mulheres lavavam [roupa]. A gente lavava, pegava água para trazer pra cozinhar, pra beber, para tomar banho. [...] A gente arrumava, limpava para nossa brincadeira. Era tudo bom. [...] Aquele lugar bonito bom a gente nem reconhece mais. [...] No rio da meladinha era onde as pessoas levavam as bebidas para tomar lá. Por isso que foi apelidado de rio da meladinha. A meladinha é uma bebida com mel. Tinha gente que achava que lá teria um bar, etc. Quando se falava ‘bora na meladinha’, acreditavam que estava chamando pra ir tomar uma bebida. Mais era só o nome do lugar.”

Maria da Conceição Pereira dos Santos, “Fonfom”

70 anos, moradora do Porto da Pedra

Rio do Guarucu



“O rio do Guarucu é o meu preferido. Antigamente o rio estava por debaixo das capoeiras. Hoje tá tudo limpo. O rio está meio sujo por isso. O rio só é limpo quando desce por dentro da mata. Roçou, a água já fica poluída, já fica ruim. Mas o rio do Guarucu era um rio ensombrado e tudo. Era o melhor rio que nós tinha. As mulheres iam de bacia pra lavar roupa, tomar banho.”

Cosme Calheiros dos Anjos

61 anos, morador do Guarucu

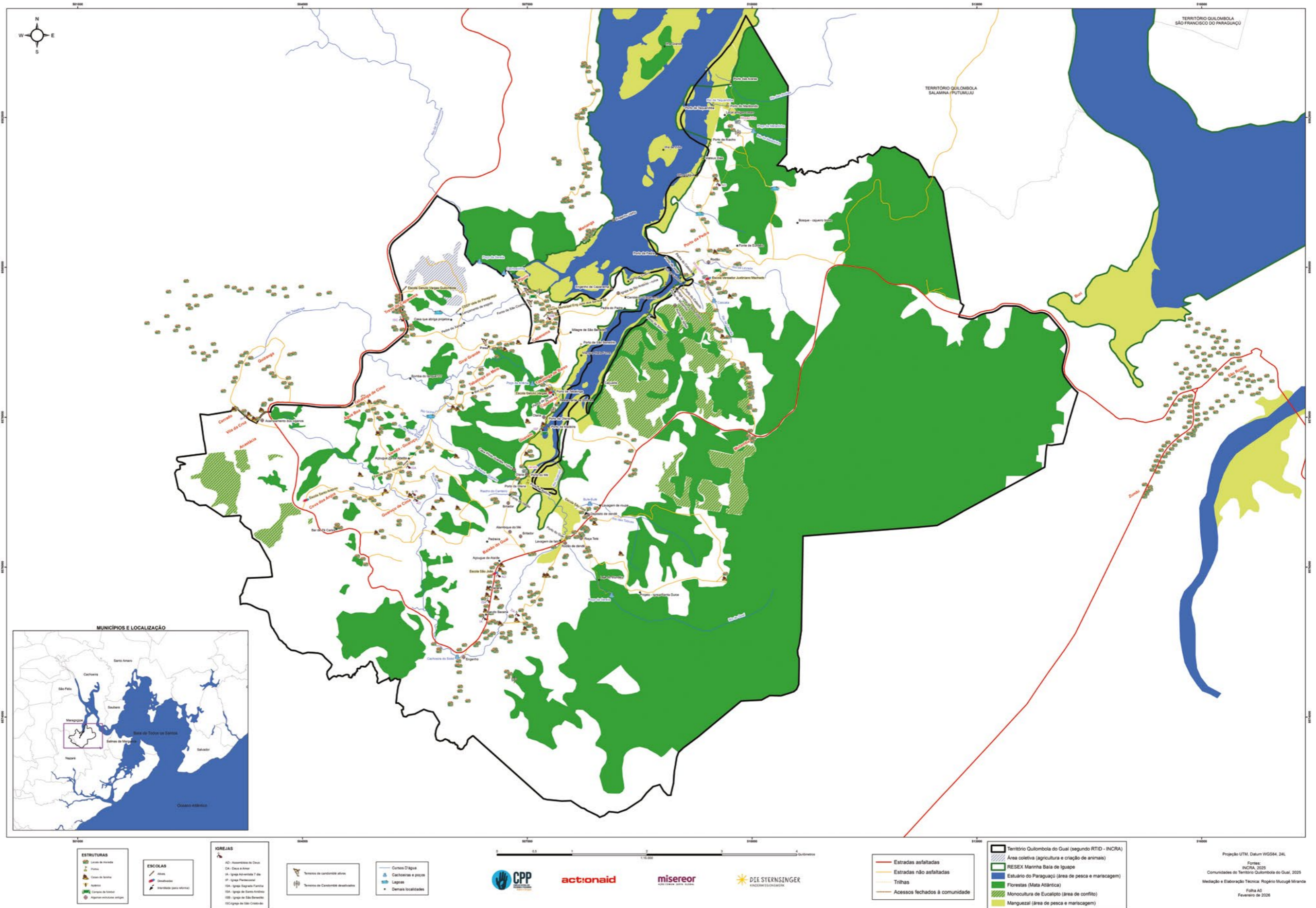
“No território quilombola o rio é muito importante. O rio do Guarucu é importante pra tudo. [...] Na hora que falta água é só puxar a mangueira aqui pra casa e botar água aqui. No verão mesmo nós lava no rio (não estou lavando agora roupa no rio), toma banho no rio.”

Maria de Jesus Barros de Brito, “Cade”

51 anos, moradora do Guarucu

TERRITÓRIO QUILOMBOLA DO GUAÍ - BAHIA

Mapa do Território Quilombola do Guai



Olho D'água do Porto da Pedra



FIGURA 12: Olhos D'Água

“Sobre o olho d'água pra gente foi a salvação da gente no passado. [...] Às vezes, quando a maré estava cheia, as meninas iam levar os baldes e deixava lá pra quando a gente voltasse da maré [...]. Umam subiam andando e outras de canoa porque a canoa não dava pra todo mundo ir pra pegar água. Chegando no olho d'água, tinha muita fila de canoa. A gente chegava, mais não sabia quando saia de lá. Às vezes a maré enchia e a gente ficava sem água. Era muito peso e era muito difícil. Talvez por isso a gente esteja sofrendo muito com problemas no joelho e na coluna. O olho d'água abastecia toda região, inclusive a sede de Maragogipe. Eram muitas canoas, muitas embarcações, que eram abastecidas para que as pessoas levassem água para suas residências. Por isso era uma fila grande. Era água nos baldes, depois para as canoas que abastecia essas comunidades todas. A gente enchia os vasos e dava várias viagens até trazer água para todo mundo.”

**Marilúcia de Jesus do Carmo,
“Lucy”**

51 anos, moradora do Porto da Pedra

Poço da Sereia (Baixão do Guaí)



FIGURA 13: Poço da Sereia

“Era festa de muita gente. Começava a vir gente desde dezembro, e as vindas e presentes duravam até fevereiro. Era devoção, e lazer com respeito. Era bom. Era uma grande área de lazer. O Poço da Sereia ainda é um lugar bonito. Antigamente, todo mundo que ia pra lá ficava encantado. Vinha gente de todo lugar. Atualmente, a sereia não está mais lá. Cheguei a ir ao Poço da Sereia quando a tradição era viva, enquanto a sereia ainda estava lá. As pessoas sempre faziam as oferendas. Soubemos que ela não estava mais no local quando ela deixou de aparecer, quando os presentes pararam de ser recebidos. Quando ela quer o presente, ele não volta. Quando ela não quer, ele volta.”

“[...] Os mais velhos contam que certa vez foram levar a oferenda, a água rodou e uma mulher foi puxada. Rodopiou e

sumiu. Demorou bastante, acharam que ela não devolveria a pessoa, mas ela devolveu a mulher, comprovando que a sereia estava por lá, e sempre aparecia. Segundo relataram, essa mulher que foi puxada é a mulher que já foi vista limpando o local onde a sereia ficava, local que estava sempre limpo. O povo sempre via a sereia limpando o local dela. Falavam que era uma mulher muito bonita sentada na pedra. Era um clarão grande, muito bonito.”

Maria de Lourdes Negreiros
53 anos, moradora do Baixão do Guaí

Poço da Sereia (Baixão do Guaí)

“Já fui botar presente na pedra da sereia (e não se podia olhar para trás), mas eu era menino, e olhei e vi era uma mulher linda na pedra. Era morena. Muitos por aqui tem histórias dos pedidos e situações relacionadas aos presentes e pedidos feitos a sereia lá na água.”

João da Hora, “Popó do Guaí”
73 anos, morador do Baixão do Guaí



FIGURA 14: João da Hora, “Popó do Guaí”

“Todos que chegavam naquele espaço ficavam admirados. As pessoas sempre viam a mulher bonita em cima da pedra. Lá havia uma areia muito branca e ela ficava em cima das pedras. Mas, depois, as pessoas começaram a usar o espaço para namorar, lavar roupa na nascente. [...] Não se deve lavar roupas em nascentes. Ela não aceita coisa suja.”

“Depois dessas coisas, o povo ia, mas não via mais nada. O local mudou, ficou diferente. Só ficou a pedra. Era uma areia branca e tudo virou só pedra. Antes, vinha muita gente que já morou aqui. Faziam passeios para lá. Local mais frequentado de todos. Não havia costume de frequentar outros lugares. Depois passaram a ir para a Cachoeira de Bobó ou para o Bule-Bule. Algumas têm ido para as piscinas como lazer. E as pessoas, ao invés de irem para o rio, estão indo para as piscinas. A tradição do presente da Pedra da Sereia era tão forte que nenhuma igreja ou fazendeiro nunca conseguiram interferir.”

Maria de Lourdes Negreiros
53 anos, moradora do Baixão do Guaí

Cachoeira do Bule-Bule



FIGURA 13: Cachoeira do Bule-Bule, ano

“No Bule-Bule, tem outra bonita cachoeira, mas o fazendeiro está colocando cachorros valentes, proibindo entrada e controlando entradas. ‘Falam que compraram o lugar’.”

Laurência dias, “Lôra Preta”
66 anos, moradora do Baixão do Guaí

Porto da Madeira (Guerém)



FIGURA 14: Porto do Guerém

“Era porto de Saveiro. Ponto, local que embarcava madeira que vinha da mata. O caminhão trazia e parava ali no Porto. Lá é que era o Guerém, e depois que fizeram estradas novas para passar os caminhões com madeira, lá ficou o porto do caminhão para botar a madeira para o saveiro pegar. O campo de jogar bola, em frente à casa de Ana, era o lugar de largar as madeiras. Três anos atrás ainda havia pau enterrado.”

Maria Bispo dos Santos Barbosa,
“Dona Nina”
 87 anos, moradora do Guerém

Porto das Cajazeiras

“Fala que a referência do Porto da Madeira nem era o Porto da Madeira, e sim o Porto das Cajazeiras. Conta-se que quando a maré estava baixa, os navios não paravam no Porto da Madeira, mas no Porto das Cajazeiras.”

Jucí Costa Pinheiro
 40 anos, moradora do Guerém

Cais da Mutamba e Porto do Guaí

“Antes do atual fazendeiro comprar a fazenda, o proprietário anterior deixava o espaço aberto para a comunidade e para as pessoas trazerem as mercadorias para embarcar nos saveiros de carga que existiam, como o ‘Sombra da Lua’, e o ‘É da Vida’, que pegavam aqui, no Cais da Mutamba, quando a maré estava seca. Quando estava cheia, não precisavam os caminhões irem até a comunidade, porque os saveiros iam até o Porto do Guaí, pra poder pegar cana-de-açúcar, jenipapo, coco de corte. Tudo isso pra poder levar pra Maragogipe e, de lá, descer para Salvador. Antes, as mercadorias daqui eram levadas daqui de saveiro, em panos de saco.”

Ana Lúcia de Oliveira de Jesus de Jesus
 42 anos, moradora do quilombo de Porto da Pedra e Mutamba

Pedreira

“A pedreira do Baixão tirou muita pedra [...] daqui no britadouro. [...] moeu muita pedra. Fechou há cerca de 19 anos. O asfalto da pista [...] foi tirado desta pedreira.”

Maria de Lourdes Negreiros
 53 anos, moradora do Baixão do Guaí

Pontos Históricos

Ruina da Igreja de Santo Antônio

As ruínas da Igreja Santo Antônio de Capanema se encontram no mesmo local que o cemitério. Acredita-se que, a última vez que houve missa, foi há cerca de 40 anos atrás. Segundo Lenira dos Santos Calheiros (62 anos, moradora do Giral Grande), a última pessoa que mandou realizar celebração de missa foi um homem chamado de

Antônio de Anjo, marido de uma filha do Sr. Henrique, ex- responsável pelo local. “Contam que não havia outra Igreja na Vila, só tinha essa.”

Marivanda Brito Lessa
46 anos, moradora do Giral Grande

Do dia 1º de junho até o dia 13 muita gente ia ao local soltar foguete e fazer a missa ali. Era muito bonita a missa. “Eu era pivetinha”, disse Lenira, “mas vinha pra cá, chovendo, com lama. A gente vinha para a missa aqui.” (Lenira). “Era linda por dentro!” (Marivanda Brito).

Dentro tinha um quarto. Era a área que tinha um mármore no chão, que enterrava gente ali dentro. Lembram que tinha na parede e no fundo, informação de alguém que foi enterrado ali dentro. Deveria ser padre. Lenira e Marivanda seguem descrevendo como se estivessem vendo: “Aí, tinha uma parte atrás, que eu



FIGURA 15: Ruínas da Igreja de Santo Antônio (Capanema)

lembro. Uma parte que não tinha porta. Uma coisa grandona. Tinha fotos na parede... a gente subia pela escada de madeira. Essa igreja era muito bonita, precisava

ser reformada”. Dr. Das Neves era um dos últimos proprietários deste espaço. Sobre a força de Santo Antônio, nesta Igreja conta a memória popular pela voz de Lenira, que cita: “pelo dia, se colocava o Santo lá em Capanema, e quando era no outro dia, o Santo voltava pra cá. Isso aconteceu por muito tempo”.

“Trabalhava por porcentagem, a pessoa ganhava pelo que fazia. Pelos mil blocos que fizesse, é assim que ganhava. Se nada fizesse, minha filha, era mixaria, e se fizesse mais ganhava mais, se fizesse menos ou os blocos quebrasse ou tivesse qualquer coisa, a pessoa não ganhava, perdia até o dia, né? Porque pejejo ali e não tinha produção. (...) Tinha vezes que a gente trabalhava até de noite. Porque quando fazia o bloquinho, quebrava, não dava produção. Então a pessoa tinha que se virar. Quando passou a ter energia tinha que trabalhar de noite pra repor pra ganhar alguma cosia, que ganhava mixaria muitas vezes.

Olaria do Guerém



FIGURA 16: Ruínas da Igreja da Mutamba

A gente trabalhava ali, na hora de meio dia a gente ia pra maré arrumar o que comer, porque o que trabalhava não dava, a renda não dava pra... não tinha como dá pra gente comer. (...) Eu mesmo trabalhava pra ajudar o meu marido, que ele trabalhava por produção, muitas vezes eu trabalhava pra ajudar ele’ (Maria Bispo dos Santos Barbosa, 70 anos, moradora do Guerém.” (Brasil, 2009, p. 71)

Terreiro de
Candomblé de
Cocó (Guerém)

**“Tinha o terreiro de
candomblé de Cocó.
Falavam Candomblé
de Dora, mas Dora
incorporava, recebia
a entidade. Mas o
candomblé era de
Cocó.”**

Arlete Costa dos Santos
55 anos, do Restaurante da Dolores – Guerém

6. Infraestrutura Comunitária e Educação

6.1 Moradia e serviços

O padrão de moradia evoluiu de casas de taipa e palha (onde “pobre nem tinha direito de colocar telha”) para alvenaria, em grande parte graças à organização da Associação. A água, antes buscada manualmente no Olho D’água ou em nascentes, permanece como ponto de conflito, pois muitas fontes foram canalizadas ou secaram devido ao desmatamento.

“Casas era salteada e tudo casa de palha. Hoje ou boa ou ruim, tá tudo em casa de telha. Antes era tapada de barro. Ia para o mato tirar enchimento e vara. Nem arame não era, para envarar pra poder tapar. Uns rebocava e outros não rebocava porque não tinha condições. Ficava do lado de fora vendo a cozinha com pano tapado pra não ver os buracos. Sem telha e tudo de palha.”

Cosme Calheiros dos Anjos
61 anos, morador do Guarucu

“Utilizávamos a água da FUNDAC. As casas eram de taipa cobertas de palha. Morei ali, na área que agora está a FUNDAC, depois morei ali em cima, fui saindo, saindo... e agora estou aqui. A gente trabalhava na terra que a gente acreditava que era da gente e não era. A gente estava lá dentro e saiu.”

Benedita Souza
80 anos, moradora do Giral Grande

“Por aqui, somente eu tinha casa (moravam 4 famílias na minha casa), e a luta da associação fez com que outras pessoas conseguissem moradia. A associação melhorou a vida das pessoas.”

Francisca Gonçalves dos Santos Calheiros, “Dona Chica”
77 anos, moradora do Giral Grande

6.2 Luta pelo direito à educação quilombola

O território conta com 4 escolas ativas, mas registra um histórico de fechamentos e disputas significativas:

• ESCOLA VEREADOR JUSTINIANO MACHADO (PORTO DA PEDRA)

Fechada desde 2017. Servia como escola, posto médico, espaço de eventos e missas. Houve tentativa de renomeá-la com o nome da esposa do fazendeiro (“Judite Pimentel de Jesus”), revertida pela luta comunitária.

• ESCOLA SÃO JOÃO DO BAIXÃO DO GUAÍ

Demolida durante a construção de uma pista, apesar de ter sido doada pelo pai de um comunitário.

• IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO TERRITÓRIO

A comunidade é enfática: nenhuma escola quilombola pode ser fechada sem consulta prévia. A escola é local de reprodução da identidade, da realidade local e de acesso ao ensino superior. Atualmente, o território celebra o ingresso de jovens na universidade, ainda que a “bolsa quilombola” seja uma conquista recente.

“Pra mim e pra muitas pessoas foi, é difícil. Pra gente se formar, pra gente estudar. A gente tinha que ir pra escola de manhã e quando era no horário da maré, 10 horas da manhã, a gente tinha que pedir a professora, a professora liberava a gente, pra gente ir pra maré nesse horário. A gente tinha que deixar as aulas pra ir pra maré pra conseguir o alimento do dia. Quando a gente começou a ir pra Maragogipe, aí a coisa piorou, porque a gente não tinha tempo de vir de Maragogipe pra ir pra maré pra buscar alimento e quando chegava de tarde não tinha mais tempo de ir pra... roça porque já tava cansado lá, a fome já batia no corpo, a gente já começava a dar gastrite, né? E a gente... foi muito difícil, até chegar o período de formar, né?.” (Zenilda Calheiros, 31 anos, moradora do Giral Grande, entrevistada dia 06/05/2008” (Brasil, 2009, p. 34).

“Escola São João do Baixão do Guai [...] alfabetizava jovens e adultos. Mesmo ainda sendo jovem, naquela época, cerca de 20 anos atrás, eu dava aulas de graça à noite. Quando se iniciou a construção da pista do Baixão do Guai, houve um embate entre a comunidade e a empresa contra a derrubada dessa importante escola. Trocou governo, que passou para a prefeitura, foi mudando a política e não reconstruíram nada. Perdemos essa escola que funcionava os 3 turnos. Meu pai, Simeão Correia, foi quem tinha doado esse terreno para a construção da escola.”

Cláudio Correia de Brito
54 anos, morador do Baixão do Guai

“Meu tio se chamava Nuquito. Esse povo todo aí, todos os mais velhos da comunidade, tudo aprendeu com meu tio Nuquito. E meu avô também era professor. O nome dele era Luiz Gonzaga, que ensinava dentro de casa. Os pais dos meninos pagava pra ele ensinar. Ele ensinou a muitos. Uns já morreram e muitos ainda tá vivos. O pouco que sei aprendi com ele. Depois apareceu uma escolinha lá em cima na beira da pista. Hoje já foi desmanchada, perto da casa de Juliana. Se chamava Santo Antônio também. A segunda foi construída por dona Evonice. Era de taipa, que eu lembro. Era uma escolinha baixinha, mas os meninos foi aprendendo ali. Nenhum ficou sem estudar. ‘Deposge’ construiu outra e até hoje tá aí, e está servindo pra todo mundo. Então devemos dar graças a Deus por isso, por ter a escolinha na comunidade.”

Maria de Jesus Barros de Brito, “Cade”
51 anos, moradora do Guarucu



FIGURA 17: Escola do Garuçu, 2025

“Minha mãe sempre me conta das tentativas de se fechar a Escola Municipal Santo Antônio, que foi construída no ano 2000. [...] foi um espaço tão sonhado pelas dificuldades que ela passou na infância de estudar em longa distância, veio a ideia de construir a escola aqui na comunidade para ajudar a comunidade a estudar perto de casa [...]”

Everlane Neris Faleiro
21 anos, moradora do
Guaruçu)

“Mesmo que os alunos fossem transferidos para outra escola quilombola, não é bom sair a escola da comunidade, porque cada criança deve trabalhar com a realidade, se conhecer e conhecer a própria comunidade. Cada comunidade tem suas particularidades. Então é fundamental ter o acesso à educação na própria comunidade.”

“Se alguém quiser tentar tirar a escola da comunidade, deve consultar a comunidade antes e a comunidade vai lutar porque não só no tempo passado, mas também agora na atualidade, já ouvi que é importante a comunidade ter conhecimento que tem direito à voz e à escolha própria. Se a comunidade não é de acordo com o fechamento da instituição

de ensino que tem na comunidade, então deve ser respeitada e deve ser ouvida porque não adianta a gente falar de quilombo, de comunidades tradicionais, sem valorizar e sem reconhecer as lutas de um povo que foi discriminado majoritariamente e excluído da sociedade.”

“Sobre a Escola Vereador Justiniano Machado], servia não só como colégio, mas também como atendimento médico. Tinha aula de capoeira para os alunos da comunidade e tinha aula noturna, como o Educação para Jovens e Adultos – EJA [...]. Infelizmente foi fechada de um dia para o outro por conta mesmo de política. [...] Já solicitamos várias vezes aquele espaço [...] para ser a sede de nossa associação [...]. Todo segundo sábado do mês tinha uma missa, onde vinham outras comunidades participar da missa. Mas com o colégio fechado, até isso eles tiraram de nós. Servia também para espaço para aniversários. Para as festas juninas, arrumávamos a frente do colégio, colocávamos as barraquinhas dos licores, milho, amendoim para fazer aquele forró bem gostoso. [...] desde meiado de 2017 até hoje o colégio encontra-se fechado. Não conseguimos reabrir, mesmo o Ministério Público vindo



fazer reunião junto com a secretaria de educação, junto com os moradores do quilombo. O espaço do colégio foi cedido pelo filho do dono da fazenda chamado Permínio. Era uma casa de taipa de um antigo morador chamado Belendú [...]. O nome desse colégio foi dado depois que esse vereador (Justiniano Machado), eleito pela maioria da comunidade, como promessa se ele ganhasse, ele construiria esse colégio de alvenaria, realizando a construção do mesmo. Depois de alguns enfrentamentos com a luta quilombola tentamos retirar o nome do vereador e colocar outro nome. Mas como estava registrado, não foi possível. Mas, ao longo dos anos, da noite para o dia, encontramos com esse colégio pintado, de outra cor, e com o nome da escola pintado e colocado outro nome, simbolizando o nome da esposa do dono da fazenda, passando a se chamar Escola Municipalizada Judite Pimentel de Jesus. [...] Com lutas e enfrentamentos, conseguimos reverter essa situação. Depois veio o fechamento do colégio.” (Ana Lúcia de Oliveira de Jesus de Jesus, 42 anos, moradora do quilombo de Porto da Pedra e Mutamba).

ENSINO SUPERIOR PARA QUILOMBOLAS

“Hoje estou na academia [universidade], já ensino na universidade, mas minha avó não teve a mesma oportunidade de estudar. Porém, se ela chegar no mangue, ela nos dá uma aula. [...]. O saber que ela tem de transmissão é um saber que foi passado por outra geração da minha família.”

“Eu estou Doutora na UFRB, mas fui ensinada sobre tudo da maré. Minha primeira profissão é pescadora e marisqueira.”

“Hoje, fico muito feliz que aqui no território tenha muitas irmãs e irmãos ingressando na universidade. Infelizmente na época que ingressei na universidade, ainda não tinha a bolsa quilombola. Mas hoje eu entendo que isso foi fruto dessa organização, dessa luta do povo quilombola.”

**Chirlene Oliveira
de Jesus Pereira,
“Chica”**

35 anos, do Porto da
Pedra

“Hoje estou na universidade e sou grata a Deus por tudo isso, muitos dos nossos não tiveram essa chance, mas hoje o quilombo pode sonhar”.

**Everlane Neris
Faleiro**

21 anos, moradora do
Guaruçu

7. Conflitos e Ameaças: O Racismo Ambiental

O Protocolo é contundente ao denunciar as violações históricas e atuais.

7.1 Violência direta e espoliação territorial

O depoimento de Chirlene Pereira descreve a perseguição sistemática: cercamento do caminho da maré, ameaças com facão, acusações falsas de roubo. Maria Bispo (“Dona Nina”, 87 anos) relata que fazendeiros incendiaram casas com famílias dentro, derrubaram moradias e forçaram deslocamentos para a beira da estrada, liberando áreas para a plantação de eucalipto.

7.2 O eucalipto como vetor de degradação

A monocultura do eucalipto, plantada sem qualquer consulta ou autorização das comunidades, é apontada como o principal vetor do colapso hídrico:

- Rios e nascentes estão secando (caso do rio do Guaruçu, que se tornou um riacho).
- Casas racharam devido à operação de pedreiras (britador).
- Áreas que antes eram roças e moradias foram convertidas em plantações de eucalipto.

A análise comunitária conecta diretamente o eucalipto ao racismo ambiental: “É isso que o racismo faz. As comunidades têm sofrido muito com o **racismo ambiental** e o racismo do próprio Estado.”



7.3 Controle da água e perseguição atuais

Fazendeiros represaram nascentes e controlam os canos que abastecem famílias quilombolas. Mesmo após o reconhecimento oficial, há relatos de novas tentativas de cooptação (oferecendo advogados, documentos falsos), rechaçadas pela Associação: “Já foi o tempo em que tabaréu era besta.”

“Naná chora o desmatamento do manguezal e certamente vai-se sofrer as consequências. A degradação da mata ofende a Ossain e quebra os encantos da mata. Vai quebrando os encantos. Eles estão ali, vivendo aquele passado deles. Enfraquece! É como romper uma veia. Vai perdendo a virgindade do local que um dia foi vivo. Você vê quando uma mata está em festa.”

“A degradação e o desrespeito à natureza enfeia ela. Foi o que aconteceu com vários pontos do Guaí, como a Pedra da Sereia e outros. Jogar dejetos de animais, usar para outros fins. Corta-se a veia. Corta o ligamento com o mundo. Quando tinha uma criança doente, se levava para essas águas encantadas a criança ficava boa.”

Silvana Brito Moraes
48 anos, moradora do Giral Grande e zeladora do Ilê Axé Odoyá

“Não sei muita coisa, mas sei plantar, plantei e tudo deu. Tem um pé de coco plantado para cada neto. Se a terra fosse morta, não teria como ganhar a vida com ela. A terra está viva. A terra gira que nem a água. O rio é vivo!”

João da Hora, “Popó do Guaí”
73 anos, morador do Baixão do Guaí

“Tínhamos uma água cristalina. A fazendeira devastou e fez queimadas destruindo nascente. Daí a água foi diminuindo. Nos sentimos muito ofendidas com isso. Água pura destruída, nascente seca. A fazendeira desmatou, fez queimadas na parte próxima à nascente de água cristalina que existia. Muito triste o desaparecimento dessa fonte de água limpa. É importante cuidar das plantas, dos matos, dos rios.”

Crispina Bispo Barbosa “Miúda”
57 anos, moradora do Baixão do Guaí

“Tudo tem que ser bem cuidado porque tudo isso é parte do quilombola. Precisa cuidar do meio ambiente, das plantações, dos arvoredos. Tudo tem valor [...]. Muitos destroem o mangue, lugar que nos dá o pirão.”

Maria Marta dos Santos do Rosário, “Moçazinha”
84 anos, do Porto da Pedra

“O racismo coloca em nossas cabeças de que a gente não é capaz.”

Chirlene Oliveira de Jesus Pereira, “Chica”
35 anos, do Porto da Pedra

“Quando eu era criança, o meu pai, só ele morava aqui nesse terreno. Onde apareceu um fazendeiro dizendo que era dono, começou a vender todos os pedaços das terras a outras pessoas que viviam próximo. Então meu pai, pra permanecer, ele teve que vender tudo o que tinha [...] para poder pagar esse lugar que eu moro hoje.”

Evonice de Barros Neris Faleiro
46 anos, moradora do Guarucu

“Já trabalhei na olaria. No final do trabalho, ia pegar ostra. Na olaria ajudava a queimar, pegar do forno, queimei muito a ponta do dedo. A mão ficava crespa. Ainda não havia conflitos. Também a gente ainda não confrontava o fazendeiro. Ele não era ruim conosco. Mas a gente também não sabia que tinha direito à terra. [Ele] disse que passaria a terra, mas nunca fez. Fiquei sem papel. Ele tirou as pessoas da parte de cima, colocou na parte baixo, próximo à maré. Vendeu a fazenda. Quando chegou outro fazendeiro, soubemos que queriam tirar todo mundo para a construção do Britador (pedreira). O novo fazendeiro quis expulsar e tomar também essa área. Começaram os conflitos com a comunidade. Mesmo com muita luta, a pedreira seguiu, casas ficaram rachadas (dentre elas, a minha e a de Janete), muitos moradores saíram, casas foram derrubadas. Mas eu não saí! Janete e outras também não. Foi perigoso.”

Maria Bispo dos Santos Barbosa, “Dona Nina”
87 anos, moradora do Guerém

“Antigamente as pessoas plantavam livremente. Depois as pessoas não tinham mais o direito de plantar devido aos fazendeiros e, quando plantavam, davam a terça e quando não podiam dar a terça, eles arrancavam as roças verdes por vingança.”

**Evonice de Barros
Neris Faleiro**
46 anos, moradora do
Guaruçu

“Os fazendeiros foram retalhando o território para que os negros saíssem. Derrubaram casas, fizeram ameaças. Até incendiaram casas com famílias dentro para os quilombolas não plantarem e construir dentro do território.”

**Dona Maria Gildete
Costa**
66 anos, moradora da
Comunidade Baixão do
Guaí

“Sobre conflitos com os fazendeiros, eu lembro que perseguiam as mulheres da comunidade, principalmente as viúvas. Perseguiu a minha mãe e as outras. Acusava de roubo de acerola e galinha. [...] Por diversas vezes foi ameaçada com facão. Cercou o caminho da maré. Era uma violência muito grande atravessar tanta cerca com cestos na cabeça. O primeiro fazendeiro foi Carlito e depois veio o Lauro. Esse segundo seguiu fechando o caminho, plantou cerca de espinho na Mutamba.”

**Chirlene Oliveira de Jesus Pereira,
“Chica”**
35 anos, do Porto da Pedra



“O novo fazendeiro proibiu que o morador colocasse água e energia nas casas, dizendo que era invasão. Queriam passar o trator como fizeram com outras. Eu ri na cara deles, e não saí! Muitas pessoas falavam que eu fui dura, outras que eu era tomadora de terras dos outros, mas eu não saí. Resisti! Eu nunca tive medo. O CPP trabalhou conosco. E muitas vezes correu risco conosco. Mas também não desistiu. [...] Eu não quero sair do quilombo.”

**Maria Bispo dos Santos
Barbosa, “Dona Nina”**
87 anos, moradora do
Guerém

“A maior dificuldade foi a perseguição de fazendeiros e de pessoas aliadas aos fazendeiros que tentaram tomar as terras. As perseguições foram dos fazendeiros e depois dos herdeiros deles. Havia muita água no território. O problema com a água é que sempre acabava ficando dentro das terras controladas pelos fazendeiros. Hoje, estão canalizadas, mas o fazendeiro ainda controla a água que abastece a minha família e de outras aqui, de perto. Represaram a água fazendo uma pequena barragem. Os tubos passam por dentro da propriedade dele. Tentaram por muitas vezes expulsar a nossa família.”

**Gildete Pereira,
filha de Dona “Teté”**
73 anos, moradora do Baixão do Guaí

“Atualmente, fazendeiros voltaram a perseguir as comunidades do Guaí, insistindo com falsas ajudas, querendo interferir na associação, pedindo documento, oferecendo coisas, advogados sem que pedíssemos... mas a gente não aceitou nada deles. Falamos que já temos o advogado do CPP etc. ‘Já foi o tempo em que tabaréu era besta’.”

**Laurência Dias,
“Lôra Preta”**
66 anos, moradora do
Baixão do Guaí



FIGURA 18: Eucalipto, 2025

“No lado da Mutamba não havia moradores. Eram todos na parte de baixo. Então Lauro e Aragão tiraram todo mundo dessa parte e colocou todo mundo para a beira da estrada. Ninguém morava ali antes. Aquela parte dali era só mata. As pessoas moravam onde hoje estão plantados os eucaliptos. Tiraram todo mundo dali e disseram, ‘vou te dar a terra’, e as pessoas perderam as plantações, as roças, perderam árvores frutíferas. Perderam tudo! Só ganharam um pedaço de terra (beira de pista), para desocuparem o espaço para o plantio de eucalipto.”

**Chirlene Oliveira de Jesus Pereira,
“Chica”**
35 anos, do Porto da Pedra

“Devido a plantação de eucalipto por ter vindo outros fazendeiros plantar eucalipto, a gente vê que o rio foi ficando seco. Hoje a gente já considera um riacho. A gente vê vários desmatamentos nas nascentes. Então não tem mais a preservação. Aqui mesmo quando vai chegando o verão a gente sente a escassez de água. A gente vê as fontes quase secando devido a plantação de eucalipto.”

Evonice de Barros Neris Faleiro
46 anos, moradora do Guaruçu

“Aqueles eucaliptos têm castigado a comunidade. Plantados sem autorização, sem consulta nenhuma. É isso que eles fazem. É isso que o racismo faz. As comunidades têm sofrido muito com o racismo ambiental e o racismo do próprio Estado.”

**Chirlene Oliveira de Jesus Pereira,
“Chica”**
35 anos, do Porto da Pedra

“Nasci e me criei aqui. Gosto daqui e não saio pra lugar nenhum. Gosto daqui porque aqui é lugar livre. [...] Me considero um quilombola!”

Cosme Calheiros dos Anjos
61 anos, morador do Guaruçu

“Teve dificuldades, mas também teve coisa boa. Agora, está todo muito rico.”

Benedita Souza
80 anos, moradora do
Giral Grande

“Lutem pelos seus sonhos, não desistam, vamos em frente! Vamos lutar que conseguiremos! Nós somos a voz, nós somos a vez, o Quilombo resiste e nunca vai desistir. Então, continuemos firmes na luta que a vitória é certa.”

**Everlane Neris
Faleiro**
21 anos, moradora do
Guaruçu

8. Nosso Protocolo de Consulta

8.1 Nossos Direitos

A Convenção 169 da OIT, do qual o Brasil é signatário, é a principal legislação internacional que trata sobre os Povos e Comunidades Tradicionais. Nela está garantido nosso direito: a autoidentificação (Art.1); a Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa-fé (Art.6 e 7); e a propriedade e posse de nossas terras ocupadas tradicionalmente, (Art.13 e 14), assim como dos recursos naturais nele existentes (Art.15).

A Convenção 169 da OIT diz que a obtenção da **Consulta Livre, Prévia** e informada é o primeiro passo para solicitar a utilização do conhecimento tradicional associado. No processo de obtenção, os detentores devem receber todas as informações relativas ao desenvolvimento do projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico para consentir ou negar a realização do acesso.

8.2 Objetivos e Motivações da Consulta

Este protocolo foi feito para garantir que a comunidade seja ouvida sempre que houver projetos ou medidas que possam mexer com nosso território e as nossas vidas. A consulta é necessária para proteger os mangues, as florestas, as nascentes, os rios e toda a vida que existe aqui, cuidando da saúde de quem mora, dos nossos direitos, da nossa liberdade e do nosso modo de viver tradicional. Assim, evitamos qualquer impacto que traga prejuízo para nós e para a natureza.

Não aceitamos que nosso território seja colocado em risco. Lutamos pela preservação dos manguezais, das florestas, das águas e de toda a biodiversidade, porque isso é o que garante nossa saúde e nossa vida em comunidade. Reafirmamos nossos direitos, defendemos nossa liberdade e mantemos firme o compromisso de seguir vivendo do jeito que aprendemos com nossos ancestrais.

8.2.1. Metodologia e princípios da consulta: Como queremos ser consultados?

A consulta tem que ser feita de forma coletiva, livre, antecipada e bem explicada, sempre com boa fé e transparência. O processo precisa ser conduzido com clareza, sem segundas intenções, respeitando nossas histórias e nossa cultura e nosso modo de viver. É essencial que as informações, tanto as boas quanto as ruins, sejam apresentadas de maneira aberta e transparente, tanto pelas empresas quanto pelos órgãos públicos.

A linguagem usada tem que ser popular, simples e acessível, para que todos entendam, inclusive quem não teve estudo formal. Queremos ser consultados de forma coletiva, livre, prévia, bem informativa e de boa fé, incluindo jovens, crianças, idosos, pescadores, marisqueiras, lavradores, extrativistas, artesãos, apicultores, estudantes e associações.

O tempo da comunidade precisa ser respeitado, para que possamos compreender e debater qualquer proposta ou empreendimento. Assim, todos podemos participar de verdade e decidir juntos o que é melhor para o território e para nossa vida. A consulta deve ser correta, aberta, clara e objetiva, sem segundas intenções, respeitando a opinião das pessoas e das comunidades, suas histórias e seu modo de vida. Tem que ser feita com segurança e dentro das organizações da própria comunidade, garantindo que todos participem e decidam juntos o que é melhor para nosso território e nossa vida.

8.2.2. Quem deve ser consultado

A participação na consulta precisa ser ampla e incluir toda a diversidade social: jovens, crianças, adolescentes, idosos, mulheres e quilombolas. Também devem estar presentes as categorias produtivas que sustentam a vida no território, como pescadores, marisqueiras, lavradores, extrativistas, artesãos e apicultores.

Devem participar todas as pessoas que moram na comunidade e aquelas que, mesmo afastadas por motivo de trabalho ou estudo, mantêm vínculos com o território. A consulta deve envolver o conjunto das comunidades, e não apenas lideranças isoladas, garantindo que associações, igrejas e terreiros estejam representados. É fundamental que os moradores, especialmente os mais velhos, tenham voz, assim como mulheres, jovens, crianças e adolescentes.

8.2.3. Quando não podemos ser consultados

Não aceitamos ser chamados para consulta em épocas boas de mariscagem e pesca, nos períodos de plantio e colheita, nos dias de feira, em tempos de festas religiosas, em horários inadequados ou durante a noite. Esses momentos fazem parte da nossa vida e precisam ser respeitados. A consulta deve respeitar o tempo necessário para a compreensão total da proposta. Não podem ocorrer consultas nos seguintes períodos:

- Épocas de boa mariscagem e pesca (deve-se sempre observar a tábua de maré).
- Períodos de plantio e colheita.
- Dias de feira e tempos de festas religiosas.
- Horários inadequados ou durante a noite.

8.2.4. De que forma queremos ser consultados?

A consulta deve acontecer por etapas e sempre respeitar a auto-organização da comunidade. Não pode ser feita apenas com lideranças isoladas, mas com a participação de todos. Primeiro, o Conselho Quilombola deve ser notificado; depois, as associações recebem e repassam as informações para as demais comunidades. As comunicações devem chegar por e-mail, WhatsApp ou ofício, sempre de forma antecipada e clara.

As Plenárias e Assembleias precisam ter no mínimo 60% da comunidade presente, e depois as reuniões devem continuar em cada comunidade separadamente. Todas as decisões devem ser tomadas por consenso, com representação de todas as comunidades, respeitando as instâncias organizativas como o Conselho Quilombola e as associações.

A consulta deve acontecer em datas oportunas, com tempo suficiente para que a comunidade compreenda e debata as propostas. Os pontos positivos e negativos precisam ser apresentados com transparência, tanto pela empresa quanto pelos órgãos de confiança. Não se pode tomar decisões com poucas pessoas, nem sem ouvir os mais velhos e visitar os lugares já impactados por empreendimento anteriores.

8.2.5. Tomada de decisão

- **Consenso:** Toda e qualquer decisão deve ser tomada por consenso. Não serão aceitas decisões to-madas por um número reduzido de pessoas.
- **Verificação in loco:** Antes de decidir, as lideranças devem visitar outros locais que já foram impactados pelo mesmo tipo de empreendimento para entender os efeitos reais.

8.2.6. Apoio técnico e parcerias

A decisão das comunidades é que a consulta seja feita dentro das próprias organizações comunitárias, com segurança e respeito às opiniões e modos de vida. Devemos contar com o apoio de entidades parceiras apontados por nós, que sejam de nossa confiança e órgãos de defesa de direitos, como:

- **Órgãos Públicos:** DPE, DPU, INCRA, MIR, SJDH e MPF.
- **Parceiros Técnicos:** CPP, universidades, pesquisadores e outros especialistas (jurídicos, ambientais, contábeis ou antropológicos) indicados pela maioria para auxiliar na compreensão e evitar intimidações ou constrangimentos.



8.3 Processo da Consulta

8.3.1. Informações que o Estado deve fornecer antes da tomada de decisão

- Realizar reuniões de base informando sobre os impactos.
- Apresentar mapas e GPS indicando a localização da proposta.
- Esclarecer quais direitos estão envolvidos e respeitar os dias da comunidade.
- Consultar órgãos públicos competentes (ex.: ICMBio).
- Orientar lideranças para não assinarem documentos sem decisão coletiva.
- Disponibilizar estudos claros sobre o que será implantado, com benefícios e malefícios para as comunidades.
- Informar com antecedência mínima de 30 dias.
- Garantir que os órgãos responsáveis sejam de confiança da comunidade.

8.3.2. Participação dos quilombolas e garantia contra Intimidação

- Pessoas que chegaram e não nasceram na comunidade só participam se estiverem engajadas.
- Pessoas que saíram podem participar dependendo do vínculo e comportamento.
- Estudantes devem manter engajamento e vínculo com a comunidade.
- Moradores com comportamento duvidoso não participam.
- Presença de polícia ou segurança privada apenas se solicitada pela associação, nunca por empresas.
- Pessoas fora da comunidade só participam com autorização das comunidades.
- Veranistas não têm direito de participação.

8.3.3. Critérios para a decisão final

Deliberação

- A decisão final será tomada em assembleia comunitária, sem presença de empresas.
- Aliados podem participar para esclarecer dúvidas.
- Após esclarecimentos, a assembleia decide coletivamente.

Divergências ou Contrapropostas

- Solicitar mais tempo sem declarar divergências.
- Usar argumentos relacionados a plantios, festas, etc.
- Chamar parceiros para novos esclarecimentos até a construção de um consenso.
- Esgotadas todas as possibilidades de consenso, prevalece a decisão da maioria.

Garantia de Respeito às Decisões

- A comunidade reivindicará judicialmente e recorrerá até instâncias internacionais, se necessário das decisões não respeitadas pelo Estado e empresas.

8.4 Etapas do Processo

8.4.1. Pré-consulta

1. O interessado deve enviar solicitação ao Conselho Quilombola e associações, via órgãos de garantia de direitos (Palmares, MIR, Sepromi, SJDH), com antecedência mínima de 30 dias.
2. O Conselho Quilombola informa todas as associações e comunidades, realiza reunião e propõe duas datas.
3. Primeira reunião informativa (não é a consulta):
 - Apresentação de estudos, mapas, plantas e documentos técnicos.
 - Materiais didáticos acessíveis (escritos, áudios, vídeos, cartilhas, cartazes).

8.4.2. Organização

- O Conselho Quilombola e associações organiza reunião geral para estruturar o processo.
- Convidam parceiros (universidades, órgãos de direitos).
- Realizam encontros de aprofundamento sobre a proposta.
- Promovem reuniões específicas em comunidades, escolas, igrejas, grupos de jovens, mulheres e idosos.
- Podem ocorrer várias reuniões em cada comunidade.
- Reunião final para preparar a assembleia

8.4.3. Consulta

- Realização de assembleia geral com todas as comunidades, parceiros e órgãos de defesa de direitos (ICMBio, MPE, MPF, DPE, DPU, Palmares, INCRA, MIR).
- Data, horário e local definidos coletivamente.
- Custos pagos pelos interessados junto com os órgãos.
- A resposta final (sim, não ou parcial) será decidida na assembleia.

8.4.4. Acompanhamento

- Caso aceito parcial ou totalmente, será construído um plano de acompanhamento.

8.4.5. Períodos em que não pode haver consulta

- Festas e celebrações religiosas locais
- Períodos de plantio e colheita
- Marés boas para mariscagem e pesca
- Dias de feira

8.4.6. Custos e coordenação

- Os custos da consulta devem ser arcados pelos interessados.
- Organização e coordenação das reuniões ficam a cargo do Conselho Quilombola e associações, com apoio de parceiros.

8.4.7. Disposições finais

- Este protocolo poderá ser revisado de acordo com a necessidade das comunidades, num processo amplo e participativo.

RESISTÊNCIA

**O Quilombo resiste:
Tabatinga, Giral Grande, Porto da Pedra,
Guerém, Baixão do Guai ou Guarucu
Esses são alguns quilombos
Lugares de simplicidade
Bem diferentes da realidade da Zona Sul**

**Mas nesses lugares há sonhos
Independente da idade
Muitos não são realizados
Por falta de oportunidades
Pois a falta de reconhecimento
Nos tira a liberdade**

**É preciso lutar
Para combater a desigualdade
Desigualdade social, étnica ou de religião
Cada um possui o livre-arbítrio
A vida é repleta de opções**

**Mas para isso acabar
É necessário se unir e lutar
Pois a luta é constante
A vitória também
Se não fosse os antepassados
Não seríamos ninguém
Quem tem história conta
Quem tem força lute
Mas que lute para o bem**

**Poesia de Everlane Neris Faleiro
21 anos, moradora do Quilombo Guarucu**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Identificação do território contínuo das comunidades quilombolas Tabatinga, Jirau Grande, Guarucu, Guerém – Baixão do Guai e Porto da Pedra, Município de Maragojipe, Bahia (Relatório Antropológico). 2009.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. Revista USP, São Paulo, n. 28, p. 56-63, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/04kabe.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2009.

APOIO



act!onaid

misereor
AÇÃO COMUM JUSTA GLOBAL

 **DIE STERNSINGER**
KINDERMISSIONSWERK

Maio de 2026

